

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.686 - RJ (2014/0289720-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
RECORRENTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - RJ002605A
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - RJ002557A
FREDERICO GUILHERME FONSECA TORRES DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - RJ107167
RECORRIDO : PROCON CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
PROCURADOR : MARCOS DA COSTA MORALES E OUTRO(S) - RJ091413
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES - RJ147339
SANDRA DE SOUSA PADILHA CEBOLA E OUTRO(S) - RJ166289
AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PAULA DE FIGUEIREDO SOUTO E OUTRO(S) - RJ093167
LUIZ ALBERTO MIRANDA GARCIA DE SOUSA - RJ085290
AGRAVANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : LEONARDO LINS MORATO E OUTRO(S) - SP163840
ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA - SP236521
AGRAVADO : PROCON CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
PROCURADOR : MARCOS DA COSTA MORALES E OUTRO(S) - RJ091413
INTERES. : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
INTERES. : BANCO ABN AMRO REAL S.A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. NECESSIDADE. ART. 16 DA LACP. AGRAVO DE ITAÚ UNIBANCO S.A. CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Procon Campos dos Goytacazes/RJ ajuizou ação civil pública em desfavor de Banco Bradesco S.A. e outros postulando a condenação dos réus à obrigação de fazer consistente não abstenção de cobrança da chamada "tarifa de renovação de cadastro".

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido para determinar que as instituições financeiras se abstenham de proceder à cobrança da aludida tarifa, sob pena de multa de R\$ 30,00 (trinta reais) por cobrança indevida.

Superior Tribunal de Justiça

Interpostas apelações pelos réus, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou-lhes provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.321-1.347):

Apelação cível. Ação civil pública. Tarifa de renovação de cadastro. Direito do consumidor. Competência da Justiça Estadual. Direitos e interesses individuais homogêneos. Legitimidade do Procon para figurar no polo ativo da presente demanda. Pedido juridicamente possível. Via adequada para o resultado almejado. Preliminares rejeitadas. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sujeito ao art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento, dentre outras tarifas, que é válida a tarifa de cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o consumidor e a instituição financeira. Tarifa de renovação de cadastro que não foi objeto da decisão. Cobrança que possui como fato gerador a atualização dos dados cadastrais dos clientes bancários. Ônus da própria instituição financeira. Risco do empreendimento. Inexistência de contraprestação. Abusividade. Os efeitos da sentença devem operar em todo território nacional, uma vez que estamos diante de uma ação coletiva de direito individual homogêneo protegido pelo Diploma Consumerista. Sentença mantida. Negado provimento aos apelos.

Opostos embargos de declaração, somente os aclaratórios opostos por Banco Bradesco S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. foram acolhidos, a fim de sanar a omissão referente aos honorários sucumbenciais.

Inconformado, Itaú Unibanco S.A. interpôs recurso especial fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 16 da Lei n. 7.347/1985 (e-STJ, fls. 1.481-1.491).

Sustentou, em síntese, a necessidade de limitação dos efeitos da sentença condenatória proferida em ação coletiva ao âmbito de jurisdição do órgão prolator.

Sem contrarrazões.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso (e-STJ, fls. 1.742-1.763), o que ensejou a interposição do presente agravo (e-STJ, fls. 1.935-1.941).

Brevemente relatado, decido.

Superior Tribunal de Justiça

No que tange à limitação territorial dos efeitos da sentença, ressalta-se que a Corte Especial do STJ sedimentou o posicionamento de que, "no julgamento do recurso especial repetitivo (representativo de controvérsia) n.º 1.243.887/PR, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a regra prevista no art. 16 da Lei n.º 7.347/85, primeira parte, consignou ser indevido limitar, aprioristicamente, a eficácia de decisões proferidas em ações civis públicas coletivas ao território da competência do órgão judicante" (EResp n. 1.134.957/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, julgado em 24/10/2016, DJe 30/11/2016).

Contudo, o STF, no julgamento do RE n. 1.101.937/SP, interposto contra o referido acórdão da Corte Especial do STJ, o Min. Alexandre de Moraes, em decisão monocrática, deu provimento ao recurso extraordinário a fim de limitar os efeitos da sentença genérica proferida em ação coletiva ao âmbito de jurisdição do órgão julgador, reforçando, ainda, a constitucionalidade do art. 16 da LACP.

Assim, a despeito da jurisprudência sedimentada por esta Corte Superior, torna-se imperiosa a aplicação do entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que a sentença proferida nos presentes autos terão seus efeitos limitados ao território de jurisdição do Tribunal de origem.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial de Itaú Unibanco S.A. a fim de limitar os efeitos da decisão judicial ao âmbito de jurisdição do Tribunal de origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator